

TV-Congresso e o trabalho dos parlamentares

SARNEY FILHO

Devemos reconhecer que a imprensa em todo país democrático constitui efetivamente o quarto poder. Não há que se opor a isso, tampouco buscar o confronto. Nem que para isso se escolha como arma uma das mais ágeis do jornalismo contemporâneo: a própria mídia eletrônica.

Sou daqueles que acham desproporcionada a criação, por parte do Congresso Nacional, de uma estação de TV ou de rádio. Já contamos com a Voz do Brasil, durante os dias úteis, e, eventualmente, com inserções esporádicas em cadeia nacional de rádio-televisão. Creio igualmente desnecessária a requisição, com periodicidade previamente estabelecida, de horário de televisão. Os próprios órgãos de imprensa, é bom que se diga, estão aí para dar cobertura às atividades (e até mesmo às inatividades) dos parlamentares.

Sabemos todos que faltam ainda serem aprovados 150 leis complementares, 230 leis ordinárias e até mesmo o novo regimento interno do Congresso. E já estamos a mais de sete meses da promulgação da nova Constituição! E isso, é escusado di-

zer, não se deve à inexistência de canais ou de programas de radiodifusão próprios do Congresso.

Sou do alvitre que não é também com a criação de um clima que beira ao escolar que se haverá de sensibilizar os parlamentares a diminuir o índice de absenteísmo. A pressão pela presença é compreensível e válida quando usada adequadamente. Até mesmo a cassação constitui um recurso regimental (extremo) que pode ser acionado. Não obstante, não é com porteiros a fiscalizar a presença dos congressistas, quase a repetir a hilária figura do guarda Manuel Gazeteiro, da conhecida história em quadrinhos do Bolinha, que se obterão resultados positivos. Ao contrário, essa medida pode provocar uma reação inversa e agravar ainda mais o clima de desmoralização que se abate atualmente sobre o Congresso.

É óbvio que essa situação não serve à causa da democracia nem ao aprendizado, que sabemos muitas vezes lento, da consciência do compromisso e da responsabilidade do mandatário. Há de se convir, igualmente, que o desempenho da função parlamentar não pode ser comparado ao de um funcionário público

obrigado a cumprir horário, ou ao de um alto executivo de empresa privada. O critério de "seleção" de um parlamentar, o seu concurso público, é o voto, e suas atividades envolvem também contatos com suas bases eleitorais.

A criação de um clima escolar não sensibiliza parlamentares

O parlamentar constitui algo semelhante a uma corrente de transmissão entre suas bases e as esferas político-administrativas da República. Sua prática parlamentar não se restringe, portanto, a uma estreita concepção de cumprimento de horário. Tanto que em vários parlamentos, em diferentes países, a metodologia de funcionamento é outra. Aqui, entre nós, adotamos a prática dos "acordos de liderança", prática essa criticada por alguns. Ora, é suposto as lideranças encarnarem as opiniões e posições dos liderados, existindo, por isso mesmo, uma delegação tácita de poder.

Concluindo estas reflexões, recordo um trecho do livro Parlamento, vale a pena?, de Daniel Faraco, onde se lê: "...tem o parlamentar muito mais que fazer, não se limitando seus deveres a estar presente

às sessões. Tem sua correspondência a responder, seus próprios discursos a preparar, seus visitantes a atender, seus contatos políticos a manter e seus estudos específicos a realizar. Tudo isso é feito no decorrer do dia, tomando tempo, exigindo atenção, reclamando presenças e deslocamentos". E, mais adiante, conclui: "Daí o espetáculo — que muitos não entendem, mas é comum em todos os Parlamentos — de recintos vazios, com apenas uma dezena de parlamentares e, por vezes, nas comissões, quatro ou cinco, ouvindo distraidamente o orador que usa a palavra".

Ademais, há o trabalho exercido no âmbito dos órgãos técnicos ou comissões que não deve ser esquecido.

Por cima do "ponto eletrônico", dos descontos salariais, dos caça-gazeteiros, deve prevalecer a consciência do mandatário que recebeu uma delegação de poderes personalíssima e que deve ser honrada. Com certeza a imprensa saberá fazer eco a essa postura de seriedade do desempenho, no sentido amplo, dos parlamentares, ela que é o quarto poder.

Sarney Filho é deputado federal (PFL-MA).

6 JUN 1986